

Aspectos geopolíticos sobre o fim da hegemonia portuguesa na Ásia: a descolonização de Goa

Geopolitical aspects of the end of Portuguese hegemony
in Asia: the decolonization of Goa

Maria do Carmo Rebouças dos Santos¹

mariadocarmo@ufsb.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2719-7996>

Resumo: A ideia principal do artigo é retratar os aspectos geopolíticos da história da liberação de Goa, atualmente Estado federado da República da Índia e antiga colônia portuguesa. O trabalho analisa elementos políticos e históricos relevantes nesse processo, correlacionando-os com o contexto internacional da época, o Pós-Segunda Guerra. Da mesma forma depreende quais interesses nortearam a ação indiana para demandar a transferência da soberania de Goa, a reação de Portugal a esses interesses e as ações realizadas pelos portugueses para sustentação de seu projeto colonial. O trabalho delimita o contexto social e econômico de Goa no período da liberação e o papel desempenhado pelos movimentos organizados goenses e indianos. A pesquisa que deu origem a este trabalho visa contribuir para os campos de estudos asiáticos e colonização portuguesa, baseando-se num levantamento bibliográfico sistemático incorporando adicionalmente elementos dos debates de fóruns internacionais sobre o tema da autodeterminação dos povos, da descolonização e da Guerra Fria. Um dos aspectos geopolíticos revelados pela pesquisa é que Portugal não contava com um processo de integração de Goa à Índia, potência que emergia no contexto das lutas pela autodeterminação dos povos do Pós-Segunda Guerra, orquestrado tanto pela maioria goense como pelo governo e movimentos organizados indianos.

Palavras-chave: Goa, Ásia, descolonização portuguesa.

Abstract: The main idea of the article is to portray the geopolitical aspects of the history of the liberation of Goa, nowadays a state of the Republic of India and former Portuguese colony. The work examines political and historical elements relevant in this process, correlating them with the international context of the time, the Post-Second World War. Likewise, it identifies interests which guided the Indian action to demand the handover of Goa, Portugal's response to these concerns and the actions taken by the Portuguese to support their colonial project. The work delimits the social and economic context of Goa during the liberation movements and the role played by organized Goans and Indians. The research that gave origin to this work aims to contribute to the fields of Asian studies and Portuguese colonization, based on a systematic bibliographical survey incorporating additionally elements of the debates of international forums on the subject of self-determination of the peoples, decolonization and the Cold War. One of the geopolitical aspects revealed by the research is that Portugal did not count on a process of Goa's integration with India, a power that emerged in the context of the struggles for self-determination of the

¹ Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Campus Sosígenes Costa. Rodovia BR-367, s/n, Km 10, Zona Rural. 45810-000 Porto Seguro, Bahia, Brasil.

post-Second World War, orchestrated by both the Goan majority and the Indian government and organized movements.

Keywords: Goa, Asia, Portuguese decolonization.

Introdução

O historiador indiano K. M. Pannikar, por ocasião da independência da Índia da Grã-Bretanha, em publicação dedicada ao imperialismo europeu na Ásia entre 1498 e 1945, classificou esse período “não como a era do *Raj* (domínio) britânico, como muitos defendem, mas, antes, a era de Vasco da Gama, na qual a presença britânica não foi mais do que um mero episódio” (Page, 2011, p. 162). K. M. Pannikar se referia ao longo período de colonização portuguesa sobre os territórios asiáticos de Goa, Damão, Diu, Nagar Aveli e Dadrá.

Goa é um Estado federado da República da Índia desde 1987, mas não foi sempre esse o seu *status*. Portugal colonizou e imperou em Goa por 465 anos, quando então foi obrigado pelo poderio militar e político indiano a renunciar à sua colônia e aceitar a sua anexação à União Indiana, como era chamada a Índia no período de sua independência, em 1961.

A história de liberação do atual Estado indiano se inscreve no marco das lutas anticolonialistas que ganharam fôlego no Pós-Segunda Guerra Mundial impulsionadas pelos interesses geopolíticos da Guerra Fria e pela atuação dos países e movimentos de libertação afro-asiáticos da década de 1950.

O presente artigo visa retratar parte dessa história investigando como sucedeu o fenômeno da descolonização de Goa em um cenário internacional independentista. Para tanto o trabalho irá analisar os aspectos geopolíticos e históricos relevantes nesse processo, correlacionando-os sempre com o contexto internacional do Pós-Segunda Guerra. O trabalho buscará também identificar o contexto social e econômico de Goa no período da liberação e o papel desempenhado pelos movimentos organizados goenses e indianos. Da mesma forma buscará compreender quais interesses nortearam a ação indiana para requisitar a transferência da soberania de Goa, a reação de Portugal a esses interesses e o papel que este país desempenhou para a sustentação de seu projeto colonial.

No Brasil, no campo dos estudos asiáticos e dos estudos sobre colonização portuguesa, há pouca literatura sobre o império lusitano no Sul da Ásia, sobretudo, sobre a descolonização de Goa. A pesquisa que deu origem a

este trabalho visa contribuir para os estudos destes campos e baseia-se num levantamento bibliográfico sistemático incorporando adicionalmente elementos dos debates de fóruns internacionais sobre o tema da autodeterminação dos povos, da descolonização e da Guerra Fria.

Antecedentes sobre a dominação portuguesa em Goa

O Estado Português da Índia se formou a partir da descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, em 1498, e da conquista de Goa, em 1510, por Afonso de Albuquerque. Portugal levou três quartos de século para assegurar o domínio da rota Atlântico-Índico e ver funcionar a Carreira da Índia, rota que uniria Lisboa a Goa e se tornaria o itinerário comercial entre o Oriente e a Europa, sendo a porta de entrada da Europa para a colonização de outros territórios na Ásia. Com as novas descobertas e conquistas, o Estado Português na Índia passou a ser composto por Goa, Damão, Diu, Nagar Aveli e Dadrá. Bombaim² também foi conquistada pelos portugueses, contudo foi dada aos britânicos como dote português quando Catarina de Bragança casou com o rei Carlos II (Page, 2011; Tavares, 2002).

Portugal enviou vários missionários a Goa com o intuito de “civilizar” os habitantes dessa região através do evangelho e garantir a lealdade do povo à Coroa portuguesa. Conhecido como o evangelizador do Oriente, São Francisco Xavier, um dos fundadores da Companhia de Jesus, chegou a Goa em 1542 e peregrinou por toda a Ásia. São Francisco ficou conhecido em todo o Oriente, vindo a falecer em 1552. Seus restos mortais encontram-se na Basílica de Bom Jesus de Goa, local de peregrinação (Nachinolkar, 2004).

No primeiro século e meio de colonização portuguesa, o comércio marítimo dominou a economia de Goa, em detrimento da agricultura. Foi nesse período que a população, particularmente a elite goense, viveu sob a égide da Goa Dourada resultante da riqueza gerada pelo comércio. Contudo, o declínio do comércio marítimo e a falta de investimento no setor agrícola levariam o país

² Bombaim é atualmente a cidade de Mumbai, uma das maiores da Índia.

a uma contínua estagnação econômica, ao agravamento da pobreza e à emigração de sua população rural. Com efeito, a emigração internacional se incorporaria como uma alternativa socioeconômica para o sistema social de Goa (Kamat, 2000, p. 141).

Já o século XVIII se apresenta como a possibilidade de desenvolvimento do Estado Português na Índia. Conforme pontuado por Lopes (2006, p. 24), conquanto vários pesquisadores apontem o século XVIII como um período de decadência e desintegração do Império português no Oriente, no meio desse século Portugal renovou seu interesse no desenvolvimento do Estado da Índia. Isso porque Portugal já havia perdido sua superioridade marítima para Holanda, Inglaterra e França que inclusive havia conquistado territórios no Oriente e necessitava redimensionar sua posição nessa região. Nesse sentido, era importante para os portugueses o fortalecimento econômico, político e estratégico de seus territórios, e isso vem a ocorrer exatamente no período das reformas pombalinas (Sharma e Ferreira, 2008).

Nos 27 anos em que exerceu o cargo de primeiro-ministro do rei D. José I, o Marquês de Pombal realizou uma série de reformas que modificou a estrutura de governo português na metrópole e nas colônias. Na Índia, as reformas modificaram várias áreas e ênfase foi dada à preferência aos goenses na assunção de postos civis e militares. No marco das reformas militares, os goenses passaram a fazer parte das forças armadas; na área administrativa, as mudanças instituíram normas para escrituração, arrecadação de receita, cortes de despesas públicas e uniformização da lei; no campo legislativo, foi criado o Conselho Legislativo, compreendendo governador, três juízes de alta corte e secretarias de governo (Lopes, 2006, p. 43-57).

Já no século XX, no período da Primeira República Portuguesa e mais próximo da liberação, a maioria da população de Goa dedicava-se à produção agrícola, o que já não fazia diferença para a receita do país, uma vez que o arroz, cultivo dominante, apenas cobria as necessidades de dois terços da população. A floresta tampouco era explorada e o país importava madeira, a criação de gado era reduzida e também limitada ao consumo interno. De maneira geral, inexistia setor industrial no país em razão de dificuldades energéticas, falta de tecnologia, ausência de mercado e de acesso ao crédito. De outra forma, não obstante a vasta linha costeira, a pesca não chegava a representar uma significativa produção, sendo mais utilizada para consumo da população (Stocker, 2011, Cap. III, p. 8).

A ocupação principal dos goenses no período da independência de Portugal era a agricultura: em 1950, 64% da população e, em 1961, 58% da população se dedicava à agricultura. Em 1961, a agricultura era a mais importante

e menos produtiva atividade econômica do país (Kamat, 2000, p. 137).

Goa possuía muitos rios e dispunha de grande navegação fluvial. Em seu espaço territorial havia o porto de Mormugão, conhecido como um dos melhores ancoradouros da Península Indiana que dava saída a toda a produção daquela região, principalmente a de minério. Conquanto possuísse um acordo de construção e exploração do caminho de ferro e do porto com uma companhia britânica desde 1881, Portugal só veio a investir no porto e na extração do minério de ferro depois da Segunda Guerra, o que representou, por sua vez, motivo de melhoria econômica, ainda que tímida, no final da década de 1950 (Stocker, 2011, Cap. III, p. 10).

Na verdade, Portugal nunca investiu significativamente em Goa, e as condições de vida eram, em geral, deploráveis e se degradaram ainda mais depois da Segunda Guerra. O custo de vida dos goeses subiu 279% entre 1933 e 1949, e a sua base alimentar, o arroz, subiu 485%. Mesmo políticos pró-regime português denunciavam esse tipo de situação. O deputado goês da União Nacional, Froilano de Melo, ao terminar o seu mandato, denunciou na Assembleia, para além da discriminação racial existente em Goa, Damão e Diu, a falta de direitos individuais e o imenso atraso da colônia: “a capital não tem água nem esgotos e a estagnação da agricultura obriga à importação forçada em cada ano de 9 milhões de rúpias de arroz” (Stocker, 2011, Cap. II, p. 39).

De acordo com Stocker (2011, Cap. I, p. 34), o recenseamento realizado em Goa em 1950 indicou que 78,33% da população era analfabeta e, dos alfabetizados, apenas 7,4% sabiam ler e escrever em português. O concani era falado por 82,68% da população, seguido do marata, guzerate e hindi; o português representava apenas 1,1%. Em 1950, somente 3,4% da população frequentava a escola.

Um diplomata espanhol assim descreveu a sociedade goesa na década de 1950:

Goa não é uma província portuguesa. Goa tem todo o aspecto de uma colônia. Uma minoria portuguesa ocupa os postos fundamentais, secundados por uns poucos goeses. Existe uma pequena classe média comercial, geralmente hindu ou mulçumana, e o resto da população é simplesmente a típica massa amorfa da Índia, apática, faminta, doente, totalmente indiferente e ignorante de problemas que não sejam os de resolver o milagre diário da alimentação (Stocker, 2011, Cap. I, p. 36).

Segundo Kamat (2000, p. 145), o governo colonial português conduziu Goa a uma situação de estagnação econômica que sequer poderia garantir a subsistência de sua população, levando a mesma a um alto nível de

pobreza. Esse cenário levou a uma expressiva emigração dos goeses para estados indianos e países vizinhos. Com efeito, no final da colonização, na primeira metade do século XX, remessas do exterior compunham a maior parte da receita do Estado goês.

Somente no final da Segunda Guerra, quando se inicia o processo de descolonização e recrudescem as manifestações goenses e indianas pela liberação de Goa do jugo colonial, Portugal decidiu elaborar um plano de desenvolvimento para o país, mas ele resultou tardio para promover as mudanças necessárias para o progresso do desenvolvimento dessa região (Kamat, 2000, p. 150).

Por fim, essas eram as características de uma população sobre a qual Portugal exercia seu poder nas vésperas de sua descolonização: agrícola, analfabeta, de maioria hindu e que não se comunicava em português.

Resistência e movimentos de liberação

Vários pesquisadores assinalam que a colonização de Goa pelos portugueses não foi um processo pacífico e que ao longo do período ocorreram episódios de resistência e manifestações políticas pela autonomia, liberdades civis e liberação da colônia (Risbud, 2002; Desai, 2003; Kamat, 2000; Stocker, 2011; Lobo, 2013; Shenvy, 2014; Sousa Lopes, 2017). Muitas revoltas, em muitos casos, no entanto, foram lideradas por um grupo seletivo de lideranças. Os movimentos políticos nos primeiros séculos de colonização estavam adstritos àqueles que tiveram o benefício da educação em áreas como sacerdócio, medicina ou serviço militar. Pesquisadores indicam que houve revoltas desde o início da colonização, sendo uma das primeiras mais popularizadas a ocorrida em 1563, protagonizada pelo Padre Mateus de Castro. Contudo, a mais famosa resistência ocorreu no século XVIII e ficou conhecida como a Revolta Pinto, encabeçada por padres locais que eram preteridos pela Igreja Católica em posições de responsabilidade, tendo sido deslançada com o apoio de simpatizantes também descontentes com a discriminação sofrida. O movimento tinha como objetivo expulsar os portugueses e formar um novo governo em Goa. Entretanto, foi denunciada e seus líderes perseguidos (Lopes, 2006; Bravo, 1998; Esteves, 1986).

A partir de 1834, quando efetivamente os goenses puderam participar da vida política portuguesa,³ dois

goenses membros do Parlamento português tiveram a oportunidade de advogar pela independência de Goa: Padre Jeremias Mascarenhas, que em várias oportunidades defendeu que a emancipação seria o caminho natural para a colônia, e Francisco Luis Gomes, que defendia a autonomia goense. Apesar de limitadas, as reformas políticas que ocorreram nesse período resultaram no surgimento de partidos políticos e jornais que lograram articular pontos de vista políticos e buscar apoio da população para plataformas políticas. Dois partidos se destacaram nesse período: o Partido Indiano, que defendia a autonomia administrativa de Goa, e o Partido Ultramarino, que defendia a manutenção dos laços com Portugal (Bravo, 1998, p. 131; Kamat, 2000, p. 152).

Durante o século XIX e o período da Primeira República portuguesa, os goeses respiraram ares mais democráticos, o que lhes deu uma expectativa de autonomia com relação à metrópole.

Conquanto Goa não estivesse imune ao sistema de casta que dominava toda a sociedade indiana (Desai, 2003, p. 141), é importante salientar que a colonização também instituiu uma clivagem social, racial e religiosa em Goa, resultando em uma estratificação social entre os cristianizados e os hindus que mantinha estes últimos totalmente marginalizados da sociedade colonial. Esse quadro só veio a se modificar com o regime republicano inaugurado em 1910, em Portugal, que deu ímpeto a uma atmosfera liberal em Goa e proporcionou a participação da comunidade hindu na vida sociocultural. Risbud aponta que a abertura proporcionada pelo regime republicano propiciou a formação de movimentos de resistência e liberação basicamente formados por hindus (Risbud, 2002; Desai, 2003).

O golpe militar de 1926 e a instauração do Estado Novo produziram retrocessos nas poucas mudanças da organização política e administrativa goense e reinstituíram um período de perseguições, prisões e censura que só veio a aprofundar o desejo de descolonização dos goeses e a amalgamar a identificação da luta de Goa com a luta dos indianos liderada por Mahatma Gandhi.

A ditadura salazarista revogou as reformas constitucionais que beneficiavam Goa. Precisamente, com o Ato Colonial de 1933, o controle colonial sobre Goa foi reforçado. Partidos políticos e reuniões públicas foram banidas, jornais e literatura nacionalistas foram censurados. Esse momento assistiu a uma grande emigração da elite goense para Bombaim, e foi nesta cidade que

³ Antes de 1820, Goa era governada por vice-reis indicados pela monarquia e com nenhuma ligação local. Com a Constituição de 1822, Goa foi considerada província de Portugal e como tal aos goenses foi permitido eleger três representantes para o Parlamento português, o que veio a ocorrer em 1822. Contudo, com a erupção do movimento contra a monarquia portuguesa, somente em 1834 que efetivamente os goenses puderam participar da vida política portuguesa. Em 1838, um decreto vai autorizar a criação em Goa de um organismo legislativo, porém com funções restritas, uma vez que só poderia expressar opinião e votar sobre legislações específicas trazidas pelo governo. Mesmo assim, tal fato oportunizou a demanda de formação do Conselho somente por goenses (Bravo, 1998).

se articularam e proliferaram os primeiros movimentos que contestaram o colonialismo português. A partir de então, os nacionalistas começaram a estabelecer relações políticas com o Congresso Nacional Indiano (Risbud, 2002, p. 125-154) e, como apontado por Lobo, se iniciou a ruptura das elites goesas, particularmente da católica, com o projeto de construção de uma identidade goesa de nacionalidade portuguesa e da adoção do projeto de construção de uma identidade goesa de nacionalidade indiana (Lobo, 2013, p. 512).

Conforme denunciado por T. B. Cunha, durante a última fase da colonização portuguesa, sob o jugo de Salazar, aos goenses foram negados os direitos humanos mais básicos como liberdade de expressão, associação e reunião. Ficaram proibidas a impressão e publicação de panfletos, jornais e livros que criticassem a administração colonial e sua fiscalização era realizada por um comitê de censura próprio (Cunha, 1961, p. 100 in Desai, 2003, p. 173).

A verdade é que a ditadura salazarista vai dar ímpeto à afirmação nacionalista goesa. A pesquisadora Sandra Lobo vai sustentar que, nas primeiras décadas do século XX, é possível diferenciar dois modos de afirmação nacionalista goesa na metrópole e em outros polos internacionais:

O primeiro é caracterizável pela integração individual nos ambientes de expressão cultural e política do nacionalismo indiano nas academias ocidentais, movendo-se os protagonistas em redes visíveis ou clandestinas de solidariedade e intervindo na reconfiguração da opinião pública ocidental sobre o movimento. O segundo distingue-se pela tentativa de impulsionar um movimento goês a partir da metrópole, em estreita ligação com a terra natal e em comunicação com o movimento indiano em outros focos europeus (Lobo, 2013, p. 401).

Nesse quadrante, precisamente em 1928, se afirma o nacionalismo goês pró-indiano, com a fundação da seção goesa do Congresso Nacional Indiano, o *Goa Congress Committee*.

O grande líder indiano responsável pela condução pacífica do processo de independência da União Indiana, Gandhi, entendia que, no processo de liberação indiana do jugo inglês, Goa deveria também ser liberada do jugo português e se tornar parte da União Indiana. Da mesma forma, em seu jornal *Harijan*, Gandhi exortou os goeses, reiteradas vezes, a resistirem ao jugo português e denunciou o regime repressivo imposto por Portugal aos goeses. A esse propósito, o historiador português Orlando Ribeiro citou a explicação dada pelo brâmane católico António Colaço, médico em Goa, em 1956, segundo o qual o afastamento de Goa de Portugal resultou da desfavorável conjunção de dois fatores: o movimento de Gandhi e a

ditadura da Metrópole que impôs o medo ao povo ordeiro e pacífico de Goa (Stocker, 2011, Cap. V, p. 50, n. 61).

De acordo com Lopes, contrário à soberania portuguesa e encontrando na Índia a sua identidade, o movimento nacionalista goês, constituído maioritariamente por hindus, desmembrou-se em vários grupos que percorreram diferentes caminhos para alcançar o seu objetivo de integração, tendo a independência da Índia dado uma perspectiva mais concreta a esta vontade dos goeses. Muitos desses movimentos agiam desde a União Indiana e incidiam para que este país tomasse medidas contra a colonização portuguesa, ao mesmo tempo que incitavam os goeses a não cooperarem com as autoridades portuguesas e organizavam atividades subversivas na cidade. Longe deste projeto para o futuro político do Estado Português da Índia encontrava-se a elite católica goesa, que, ao recusar, também ela, a política do governo central a que estava sujeita desde o Ato Colonial, empreendeu uma luta pela promulgação de um novo Estatuto Político para o Estado Português da Índia onde fosse consagrada uma maior autonomia administrativa e financeira (Stocker, 2011, Cap. II, p. 20; Sousa Lopes, 2017, p. 376).

Nos anos seguintes após a criação do *Goa Congress Committee*, outros grupos foram sendo formados conforme assinala Sousa Lopes. Em 1938, em Margão, foram criados o *Gomantakiya Tarun Sangh* e o *Swayam Sevak Dal*, ambos fundados por Shamrao Madkaikar. Ainda nesse ano, Julião Menezes formou um grupo em Assolna, conhecido como o *Clube Juvenil*, e em Bombaim, em 1939, começou uma organização chamada *Gomantak Praja Mandal*, que, em 1942, lançou o semanário *Gomantak*. Purushottam Kakodkar fundou, em 1945, a *Goa Seva Sangh*. Após a II Guerra Mundial surgiu em Bombaim a *Goan Youth League*, fundada por Tristão de Bragança Cunha (Sousa Lopes, 2017, p. 67).

O nacionalismo pró-indiano com forte apoio dos goeses de Bombaim abriu um novo capítulo na luta pela libertação. Tristão de Bragança Cunha, um de seus maiores expoentes, recorrentemente afirmava que a liberação de Goa estava ligada à independência da Índia, e, uma vez esta ocorrendo, Goa seria reintegrada à Índia como articulado no slogan “*A Free Goa in a Free India*” (Sousa Lopes, 2017, p. 80).

A União Indiana, seja através de políticos de diversos matizes, seja por meio de simpatizantes, potencializada pela conquista da independência em 1947, desempenhou um papel relevante de apoio e até protagonismo nos atos de revolta e protesto.

Em 18 junho de 1946 ocorreu uma manifestação política histórica em Goa, considerada por muitos autores como o começo do fim da dominação portuguesa em Goa. O líder socialista, membro do Partido Socialista

do Congresso indiano, Ram Manohar Lohia promoveu um comício em Margão e desafiou o colonialismo português demandando a restauração das liberdades civis dos goenses (Kamat, 2000, p. 152). Pela primeira vez, católicos e hindus, defensores da integração na União Indiana (socialistas e militantes do Partido do Congresso) e nacionalistas goenses se reuniram num esforço de ação concertada contra a presença colonial portuguesa em Goa (Stocker, 2011; Kamat, 2000).

O objetivo do movimento de 1946 foi a luta pelas liberdades civis. Contudo, o aumento da repressão, das prisões, dos julgamentos pelo Tribunal Militar, das condenações e das deportações transformou essa luta numa batalha pela liberação. Com efeito, Salazar enviou tropas especiais africanas, considerando que os acontecimentos em Goa eram um possível perigo para a soberania portuguesa, em virtude do momento de mudança política no território vizinho (Sousa Lopes, 2017, p. 376).

Quanto mais se organizavam os processos de liberação de Goa, mais as ações de resistência pacífica eram reprimidas de forma contundente por Portugal, e vários dirigentes políticos foram presos e condenados à deportação. Tanto era assim que, no processo de negociações bilaterais para conquistar apoio para a liberação de Goa, a libertação desses prisioneiros políticos era sempre um ponto de negociação. Em Goa, partidos políticos e encontros públicos foram banidos, jornais eram censurados e literatura nacionalista era confiscada (Kamat, 2000, p. 152).

Podemos citar o caso do referido ativista Tristão de Bragança Cunha, que foi preso em junho de 1946, por participar na reunião de Margão, e, apesar de ter sido libertado no mesmo dia, foi de novo detido em 12 de julho, sentenciado a oito anos de prisão e suspensão dos direitos políticos por 15 anos e, mais tarde, foi deportado para Portugal para cumprir pena na prisão de Peniche. No mesmo período, o ativista José Inácio de Loyola foi julgado e sentenciado pelo crime contra a segurança do Estado, na sequência de um artigo publicado no *Free Press Journal*, de 22 de setembro. Nesse artigo, Loyola defendera que a liberdade de pensamento, de reunião e associação são liberdades fundamentais inseparáveis da personalidade humana. Julgado no Tribunal Militar Territorial, em novembro de 1946, foi condenado a quatro anos de prisão e 15 anos de suspensão de direitos políticos. Deportado para a prisão de Peniche em dezembro de 1946, recebeu liberdade condicional somente em janeiro de 1950 (Kamat, 2000, p. 95-96).

Consolidando-se como estratégia de repressão contra os movimentos de liberação nos anos seguintes até a liberação, em meio a várias prisões e deportações, destacamos na década de 1950 a prisão do médico goense

Pundolica Dattatraya Gaitonde, que participou ativamente em várias ações contra o colonialismo português. Apreendido em fevereiro de 1954, foi deportado e julgado em Portugal, tendo regressado à Índia em junho de 1955. Em 1960, foi presidente do *National Congress* (Goa). Com efeito, em setembro de 1956, o *Avante!* denunciava que desde 1954 tinham sido presos em Goa perto de 3 mil pessoas (Sousa Lopes, 2017, p. 253).

O movimento iniciado em junho de 1946 desencadeou a formação do *National Congress* (Goa), NC(G), resultado da união entre o grupo *Sanghatna Samiti*, mais conhecido pelo nome de *Gomantak Congress*, e o *Goa Congress*, que, apesar de terem os mesmos objetivos, funcionavam independentemente, fruto de conflitos pessoais. Se o objetivo inicial do movimento se prendia com a restauração das liberdades civis negadas pelo regime de Salazar, o NC(G) tornou-se, com o aumento da repressão, um movimento que passou a defender a integração de Goa, Damão e Diu na União Indiana por meios não violentos (Sousa Lopes, 2017, p. 97-98).

De acordo com Sousa Lopes, após 1946, surgiu um conjunto de movimentos, todos sediados em Bombaim, mas com apoios clandestinos no território de Goa: o *Azad Gomantak Dal*, fundado em 1947; o *Goan People's Party*, organização de esquerda fundada em 1949; *United Fronts of Goans*, fundado em 1950; e o *Goan Liberation Council*. Apesar de os vários grupos como o *Goan Liberation Council* e o NC(G) partilharem a ideologia de Gandhi de não violência, existiam outros grupos, como o *Azad Gomantak Dal*, que recorriam ao uso da força, como o ataque às tropas portuguesas, na luta contra o regime (Sousa Lopes, 2017, p. 107).

O que se observa é que, nas duas décadas anteriores à liberação de Goa da dominação portuguesa, encontramos uma sociedade dividida, por um lado, por uma elite católica, que sentia uma profunda ligação com Portugal, mas repudiava a política de Salazar e defendia a autonomia relativa do território, e, por outro lado, pelo grupo composto majoritariamente de hindus contrários à soberania portuguesa, com o apoio cada vez maior do Partido do Congresso e tendo encontrado na Índia a sua identidade, que defendia a integração de Goa à “Mãe-Índia”. Estes estavam divididos em grupos que defendiam a integração pela via pacífica e pelo uso da força. Não obstante a diferença de projetos políticos, o descontentamento com o governo português desde o Ato Colonial era comungado por todos.

Apesar do subterfúgio constitucional representado pela revisão constitucional de 1951, transformando as colônias em províncias ultramarinas, de modo a antecipar os ventos do anticolonialismo que sopravam pelo mundo e prevenir previsíveis intervenções e pressões dos

organismos internacionais, Salazar não conseguiu evitar a contestação internacional à política colonial portuguesa suscitada pelas pretensões da União Indiana sobre Goa e tampouco a pressão interna organizada pela resistência goesa. Com efeito, a década de 1950 assistiu ao despertar de novos movimentos *satyagraha* que culminaram, em julho de 1954, na ocupação dos enclaves de Dadrá e de Nagar-Aveli e na entrada em Goa de voluntários nacionalistas indianos em agosto, que inclusive lograram hastear a bandeira da Índia na Fortaleza de Tiracol durante cerca de 24 horas.

Em Goa havia um movimento contrário à política de Portugal e igualmente contrário à integração indiana, mas há poucos dados sobre esse movimento. Kamat (2000, p. 134), a propósito de seu estudo sobre camponeses e o Estado colonial nos séculos XIX e XX, aponta que líderes do movimento nacionalista pela independência goense falharam ao não conseguirem mobilizar o descontentamento dos camponeses para a causa da independência, fiando-se, antes, no apoio do governo indiano para a realização da liberação da colônia.

Desai (2003) ilumina essa discussão esclarecendo que a divisão de castas foi um dos fatores que interdito a massificação popular na luta pela libertação de Goa.

É importante também ressaltar o papel das mulheres na luta pela liberação de Goa. Shenvy (2014) elaborou um estudo sobre o tema e indica que havia um número grande de mulheres participando dos movimentos tanto no lado hindu como católico. Desai (2003), em uma perspectiva de gênero, vê nessa participação uma tentativa de rompimento com o patriarcado da própria sociedade indiana.

Bravo, analisando a relação entre história, nacionalismo e retórica em Goa, vai apontar que nunca houve na colônia portuguesa um movimento nacionalista de massa em torno da liberação e que um dos motivos teria sido o fracasso da retórica nacionalista de persuadir a população local. Para o autor, a população goense reagiu com indiferença e apatia à invasão indiana. Com efeito, após a liberação de Goa, jornalistas que cobriam a invasão testemunharam a falta de entusiasmo e apatia dos goenses (Bravo, 1998; Esteves, 1986).

O papel da União Indiana

Pode-se argumentar que vários interesses norteavam a União Indiana pela liberação de Goa e sua integração ao seu território. Sabe-se que, do ponto de vista econômico, a indexação em nada contribuiria para a Índia, uma vez que Goa não agregava valor agrícola, nem industrial, nem energético. Entretanto, do ponto de vista geopolítico, a integração de Goa significava o domínio do

porto de Mormugão, segundo maior da Índia e importante para o desenvolvimento do setor mineiro da Índia, e a liberação de Goa do jugo português significava o fim de um projeto colonial europeu na Ásia e reforçaria as pretensões indianas no cenário internacional, inscrevendo-se em uma estratégia geopolítica de ampliação de seu poderio sobre os territórios do sul da Ásia.

A União Indiana, como era chamada a Índia no período de sua independência, foi controlada pela Grã-Bretanha por quase 200 anos. Depois da batalha de Plassey em 1757, os britânicos passaram a controlar politicamente o país através da Companhia Britânica das Índias Orientais e, posteriormente, entre o período de 1858 a 1947, passaram a administrar o país diretamente pela Coroa britânica.

Pode-se afirmar que, desde a Primeira Guerra Mundial e a Revolução de Outubro, o colonialismo europeu começou a dar seus primeiros sinais de abalo. Em 1922, depois de três anos de lutas, os britânicos foram obrigados a tornar o Egito semi-independente. Entre 1918 e 1922, também a Índia, guiada por uma política nacionalista de massa de desobediência civil, lutou por um autogoverno. Conquanto naquele momento os indianos não tivessem logrado êxito, o fim do domínio unilateral da Inglaterra era uma questão de tempo (Hobsbawm, 1995, p. 208).

Depois da Segunda Guerra, a Inglaterra se enfraqueceu econômica e militarmente. Na verdade, depois de 1945, o quadro geopolítico mundial mudou significativamente com o advento da Guerra Fria, mas também com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e a importância que tomou a luta pelo fim do colonialismo europeu (Font e Rufi, 2006).

No campo doméstico, líderes populares como Mahatma Gandhi, Sardar Patel e Jawaharlal Nehru, tendo sido o primeiro o seu grande expoente, organizaram uma longa resistência não violenta à Inglaterra que conduziu à independência do país em 1947. Nesse período, o subcontinente foi dividido em dois países: Índia, governada pelo hindu Nehru, e Paquistão, governado pelo islâmico Muhammad Ali Jinnah.

Aqui brevemente cabe destacar que, após a independência, a Índia e o Paquistão entrariam em conflito pelo domínio do território de Caxemira, de maioria muçumana. Em que pese houvesse se decidido, no âmbito da ONU, por um plebiscito local sobre o destino do território, este foi incorporado à Índia em 1947, gerando um conflito de dois anos entre os dois países que resultou na divisão da Caxemira e em uma instabilidade política que dura até os dias atuais.

Após a sua independência, a Índia esperava que Portugal seguisse o mesmo caminho da Inglaterra no sen-

tido de negociar a liberação de Goa, assim como também o fez a França com relação às suas possessões na Índia, mas isso não aconteceu. Nesse sentido, ainda como governo provisório, a União Indiana, através de seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nehru, expressou a necessidade de integração de Goa à futura União Indiana. A própria Inglaterra, nesse mesmo período, passou a fazer diligências diplomáticas junto a Portugal alertando para a situação insatisfatória em Goa e para os perigos aí inerentes se não fossem tomadas as medidas necessárias para a sua liberação, declarando também preocupação pelos presos políticos da colônia (Stocker, 2011, Cap. II, p. 15).

Em 1949, a Índia passou a ter relações diplomáticas com Portugal, sem, contudo, deixar de liderar um conflito diplomático, as ações de militantes indianos e a ação armada até a derrubada do domínio português em Goa.

Com efeito, a União Indiana, em finais de 1949, abriu uma representação diplomática em Lisboa e não tardou em propor negociações quanto ao futuro do Estado Português da Índia. Em 27 de fevereiro de 1950, a União Indiana reivindicou formalmente a soberania sobre as colônias portuguesas no Indostão:

O Governo da Índia aborda agora o Governo Português com o pedido de início imediato de negociações a respeito do futuro das colônias portuguesas na Índia. A mutação é da essência da história e a adaptabilidade à mutação é a chave da manutenção de boas relações entre Nações. A Índia não está animada por qualquer espírito de agressão ou de engrandecimento. Ao pedir uma união destas colônias com ela própria, não está a pedir mais do que o cumprimento de um imperativo natural de tradição e emoção humana (Sousa Lopes, 2017, p. 124).

Em 15 de junho de 1950, a proposta foi recusada pelos portugueses, que se negaram, inclusive, a discutir o tema. Diante desta recusa, os protestos do governo de Nehru subiram de tom. A União Indiana considerou inaceitável que, havendo a Índia obtido dos britânicos a sua liberdade, continuassem a existir áreas de domínio estrangeiro. Em 14 de janeiro de 1953, Nehru encaminhou nova nota ao governo português reivindicando a transferência direta dos territórios portugueses para a União Indiana, com a promessa, dessa feita, de manter os direitos culturais e outros da população, como a língua, as leis e os costumes. Em maio do mesmo ano ameaçou a retirada da representação diplomática caso Portugal não iniciasse as discussões, o que veio efetivamente a ocorrer em 11 de junho de 1953 (Sousa Lopes, 2017, p. 125).

O governo de Nehru atuou em diversas arenas no intuito de integrar Goa aos domínios da União Indiana.

Não somente envidou esforços diretos junto ao governo português, mas também colocou em prática uma estratégia internacional no âmbito multilateral das Nações Unidas e bilateral junto aos países parceiros. Sobretudo, como visto nos itens precedentes, o governo indiano apoiou os movimentos nacionalistas de corte indiano que atuavam desde Goa a Bombaim.

A reação portuguesa

A partir da independência da Índia, os movimentos nacionalistas passaram a ser o centro das preocupações de Portugal em Goa. Era o momento pós-Segunda Guerra, e Portugal vivia sob um regime ditatorial comandado por Antônio Salazar, presidente do Conselho de Ministros e grande dirigente do país. Seu governo foi marcado pela criação do Estado Novo – ditadura orientada por princípios conservadores. Sob essa égide, reprimiu opositores, perseguiu comunistas, censurou os meios de comunicação e desenvolveu uma política de “propaganda” de governo. Sua administração recusou-se a realizar uma política de descolonização dos territórios das regiões que havia colonizado, à revelia dos movimentos de libertação organizados nas diversas colônias, das exortações feitas pela comunidade internacional e das resoluções da ONU.

Outra preocupação de Portugal era se defender das recorrentes investidas internacionais da Índia. Desse modo, o governo português decidiu mudar sua tática de defesa sobre suas possessões: alterou a Constituição em 1951 e passou a designar as colônias como províncias ultramarinas, reforçando a ideia de nação pluricontinental. Pelas leis portuguesas, embora constituído por várias parcelas separadas geograficamente umas das outras, o território do Estado era uno e regido por um só direito, sendo todos cidadãos portugueses. Essa iniciativa visava não somente demonstrar para a comunidade internacional a unidade entre a Metrópole e as possessões ultramarinas, mas também facilitar a circulação de pessoas e mercadorias. Essa iniciativa ficou conhecida como política de assimilação e também como panlusitanismo.

O governo português também irá mobilizar para a defesa de sua narrativa ultramarina e de unidade nacional a ideia do luso-tropicalismo elaborada por Gilberto Freyre. Segundo Castello *in* Lopes (2006), logo após a revisão constitucional, ainda em 1951, a convite do governo português, Gilberto Freyre inicia uma visita, que se prolonga até fevereiro de 1952, a Portugal e às suas colônias (Guiné, Cabo Verde, Goa, São Tomé, Angola e Moçambique), que, inclusive resulta em dois livros: *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*. Segundo a autora, “nesta última obra, Freyre utiliza pela primeira vez o conceito de luso-tropicalismo e legitima a política colonial portuguesa,

comprometendo-se com o salazarismo”, não obstante Freyre ter considerado sua viagem de caráter “apolítico” (Sousa Lopes, 2017, p. 135).

Risbud vai aduzir que o chauvinismo cultural fez parte da política colonial portuguesa desde o início da conquista e se refletiu na difusão da cultura lusitana entre os colonizados por meio da supressão de suas tradições locais. Ademais, a política do lusitanismo teve efeitos devastadores na mentalidade goense e levou à desnacionalização do povo de Goa (Risbud, 2002, p. 44).

Desde que Nehru assumiu o governo provisório da Índia e iniciou sua estratégia de denúncia da política colonialista portuguesa em Goa que Portugal começou a montar uma defesa jurídica das suas possessões a fim de apresentá-la em fóruns internacionais e refutar as acusações que lhe impingiam a pecha de ser um país colonialista e repressor.

Assim que Portugal foi aceito na ONU em 1955, ingressou com uma ação no Tribunal Internacional de Haia cujo objetivo era provar que não possuía colônias e sim territórios ultramarinos, reaver a possessão de Dadrá e Nagar Aveli e obter uma decisão da Corte impedindo a invasão de outras possessões pela Índia (Sousa Lopes, 2017, p. 248).

Outra estratégia utilizada por Portugal para manter suas colônias foi menoscar a imagem pacifista de Nehru e ligá-lo ao expansionismo do comunismo na Ásia em razão de suas ligações com a antiga URSS. Para implementar essas ações, Portugal utilizou todo o aparato da mídia nativa e internacional. Diariamente os jornais portugueses faziam propaganda contra o comunismo, denunciavam a preponderância dos soviéticos na Ásia e o risco que isso representava para o Ocidente, tentando, numa política de minimizar a questão da colonização e superdimensionar o perigo da expansão do comunismo em territórios pertencentes ao Ocidente, angariar o apoio estadunidense à questão de Goa. Por último, Portugal tinha interesse em passar para a população portuguesa a imagem de vítima da política de Nehru.

Em Portugal, a oposição à ditadura salazarista, a republicana e a comunista, teve dificuldades em compreender a necessidade de mudança perante os ventos de independência que sopravam no Pós-Guerra. Segundo pesquisa realizada por Sousa Lopes, as oposições tardaram em assumir uma postura clara que lhes permitisse desenvolver uma luta conjunta com a oposição no exílio ou mesmo com os movimentos goeses – os nacionalistas e os autonomistas –, optando por se centrar no combate comum contra o regime, mas propondo que a abordagem ao problema colonial fosse realizada só após a transição da ditadura para um governo democrático (Sousa Lopes, 2017, p. 387). Nesse cenário, quando se posicionaram,

os republicanos defenderam a integridade do território nacional, os comunistas apontaram o direito do povo dos domínios portugueses da Índia de escolher livremente o seu destino.

Não obstante todo o estratagema bolado por Portugal para parecer bem aos olhos internacionais e dos portugueses da metrópole, fato é que na Ásia portuguesa, sem investimentos e reprimida, a insatisfação com o governo português só aumentava, num prenúncio do desfecho que ocorreria em 1961.

Contexto geopolítico internacional

Na década de 1950 até a liberação de Goa em 1961, o cenário geopolítico internacional estava conformado por três atores e duas preocupações: o bloco capitalista, liderado pelos EUA, o bloco comunista liderado pela URSS, e o bloco dos países afro-asiáticos não alinhados. Os dois primeiros estavam presos numa disputa bipolar pela hegemonia global, e os últimos, preocupados com a descolonização e a reforma da ordem econômica internacional vigente (Leite, 2011; Santos, 2017).

Nesse contexto, tanto Portugal como a União Indiana buscavam angariar apoio bilateral e nos fóruns multilaterais para seus interesses em relação a Goa.

A União Indiana envidava esforços para levar a todos os fóruns bilaterais e multilaterais a questão da liberação de Goa do jugo português e reivindicava a transferência de sua soberania para a União Indiana. Com efeito, Nehru, fundamentado em uma narrativa geográfica, cultural e religiosa, defendeu a liberação e pediu apoio ao governo dos Estados Unidos, URSS, Vaticano, Estados afro-asiáticos e perante a ONU.

Portugal, por sua vez, reivindicava a legitimidade da possessão de Goa mobilizando a narrativa ultramarina de Estado uno e cultural, posição que defendeu na ONU e junto aos países do bloco capitalista, particularmente junto aos EUA e à Inglaterra.

No plano bilateral, é preciso ressaltar que a Inglaterra sempre foi o grande fiador de Portugal no que diz respeito à possessão de Goa, até negociar a independência da União Indiana. A partir daí, parecia insustentável e incoerente para os ingleses seguirem apoiando a colonização goense, em que pese estarem atados a Portugal pelo Tratado Luso-Britânico de 1373, onde, ao longo dos séculos, a Inglaterra protegeu militarmente Portugal de invasões militares e através do qual a Inglaterra se obrigava a defender os territórios portugueses de Ultramar. Some-se a isso o fato de que a Índia, como Estado independente, passou a ser membro do *Commonwealth*, e as obrigações

entre os Estados membros superavam e se sobrepunham às obrigações decorrentes de tratados com terceiros países. Nesse jogo político, a Inglaterra sempre alertou Portugal no sentido de encontrar uma solução negociada com a União Indiana.

A União Indiana, conquanto se declarasse neutra, era hostil aos EUA por seu apoio ao Paquistão na Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) – criada para conter o avanço do comunismo – e nutria simpatia pela URSS, que, além de se posicionar contra o colonialismo, acenava com apoio econômico para o desenvolvimento do país e tinha planos de estreitar laços com os não alinhados para mitigação da influência capitalista na Ásia e África e afirmação da URSS como potência mundial. Mesmo assim, a Índia procurou manter uma relação equidistante entre os dois países e cultivar uma posição de não alinhamento, mesmo ciente da dependência da cooperação das grandes potências.

Com efeito, em visita oficial à Índia em novembro de 1955, o presidente russo Nikita Khrushchov declarou publicamente que não havia justificativa para a existência de uma colônia portuguesa no território da União Indiana e manifestou o repúdio do povo russo ao colonialismo.

Por sua parte, Salazar sempre encarou os EUA com desconfiança, com receio de que o país impusesse ao seu governo e às suas colônias seu modelo democrático. Com uma política de distanciamento mantida até 1944, somente com o fim da Segunda Guerra, com o declínio político e econômico inglês, tradicional parceiro português e com interesse em barrar o avanço comunista, Portugal estreita relações diplomáticas com os EUA cedendo os Açores como base militar em troca de apoio na questão do Timor Leste e culminando depois com a entrada de Portugal no Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (Sousa Lopes, 2017, p. 55).

Com efeito, no âmbito bilateral, a situação de Goa se tornou um problema entre EUA e Portugal desde a administração do presidente Dwight Eisenhower, quando, em 1954, a União Indiana decidiu ocupar os enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli e proibir a passagem pelo seu território de quaisquer autoridades portuguesas. Após estes acontecimentos, Portugal deparou-se com a reserva dos EUA em fazer qualquer declaração pública condenando a ação do governo indiano. A partir deste episódio, instalou-se nas relações luso-americanas um clima de frieza e desconfiança por parte do governo português em relação à atitude estadunidense quanto ao colonialismo e à descolonização (Rodrigues, 2002, p. 3).

Essa situação só se alterou em um momento desse período quando das negociações para a renovação informal do acordo de utilização pelos estadunidenses da base das Lajes, nos Açores, onde os EUA cederam a assinatura de uma declaração conjunta – o célebre “comunicado Cunha-Dulles” – na qual se referia explicitamente à existência de “províncias portuguesas na Ásia” (Rodrigues, 2002, p. 4).

É importante destacar que o posicionamento do governo dos EUA com relação à Goa deve ser compreendido à luz dos interesses desse país em relação ao sul asiático e em relação à União Indiana, em particular. Na década de 1950, Eisenhower optou por desenvolver uma política de aproximação ao Paquistão porque via o país como importante aliado contra o expansionismo soviético (Costa, 1992). Nesse sentido, os EUA forneceram auxílio militar fazendo com que o Paquistão se tornasse rapidamente um importante aliado do Ocidente no sul da Ásia, figurando já, no final da década, como um dos seis maiores beneficiários da ajuda militar estadunidense entre os países do “Terceiro Mundo” (Rodrigues, 2002, p. 13).

Não obstante esse apoio da administração conservadora de Eisenhower ao Paquistão e à criação da SEATO – o que desagradou a União Indiana – e a tolerância com o colonialismo europeu,⁴ o país nunca se posicionou explicitamente a favor dos interesses nem de Portugal nem da União Indiana no que diz respeito à situação de Goa (Rodrigues, 2002; Stocker, 2011).

John F. Kennedy, quando assumiu a presidência dos EUA, se opôs a essa linha política acusando-a de contraproducente e de ter causado descontentamento entre os indianos, devido ao fornecimento de armamento ao seu maior rival, resultando em um estímulo à corrida armamentista na região, dificuldade na resolução amigável da disputa sobre a Caxemira, afastamento dos Estados Unidos e dos interesses ocidentais do vizinho Afeganistão e de ter aberto a porta a uma maior intervenção da União Soviética tanto na Índia como no Afeganistão (Rodrigues, 2002, p. 14).

Na tentativa de realinhar os interesses dos EUA com a União Indiana, ator-chave para os interesses do Ocidente na Ásia, segundo os democratas estadunidenses, e fazer a neutralidade indiana gravitar para o lado ocidental, uma das atitudes de Kennedy foi evitar se posicionar contra o interesse desse país com relação a Goa. Nesse espírito, o vice-presidente Lyndon B. Johnson visita oficialmente a Índia em maio de 1961, e em novembro Nehru visita os EUA (Rodrigues, 2002, p. 15).

Em 1961, o governo do democrata Kennedy adotou uma atitude claramente favorável à autodeterminação

⁴ A posição estadunidense concernente ao colonialismo português no Pós-Segunda Guerra foi de relativa tolerância em consonância com uma posição mais geral do país para com o colonialismo europeu. Isso porque a política estadunidense referente aos países colonizados estava subordinada a prioridades globais inerentes à emergência da Guerra Fria e, nesse jogo, a Europa, mesmo colonialista, era prioridade para os EUA.

dos povos sujeitos a domínio colonial. Nesse sentido, em que pesem repetidos pedidos de apoio internacional feitos pelo governo português ante a iminência da invasão da União Indiana, os EUA sempre se recusaram a emitir qualquer comunicado público sobre a questão (Rodrigues, 2002, p. 5).

Ainda no plano bilateral, como uma de suas derradeiras ações para evitar a liberação de Goa, em 10 de dezembro, perante a iminência do ataque, o governo português invoca formalmente a aliança luso-britânica, o Tratado de Windsor, e solicita ao governo britânico o cumprimento das obrigações ali constantes. Adotando a mesma posição cautelosa, o governo inglês opta por assumir um empenho discreto na questão e reitera sua posição de 1954 – de excluir a possibilidade de um conflito envolvendo outro membro da *Commonwealth* –, comprometendo-se, no entanto, a exercer influência moderadora sobre o governo indiano levando formalmente o assunto às Nações Unidas (Sousa Lopes, 2017, p. 344).

No plano multilateral, a União Indiana realizou uma campanha internacional contra Portugal que inclusive impediu a entrada do país na Organização das Nações Unidas, em 1946. Portugal foi rejeitado sucessivamente pela ONU, pelo veto da URSS, em razão de sua política colonialista e pelos interesses políticos e econômicos deste país na região asiática. Contudo, essa posição de Portugal não impediu a sua entrada na OTAN em 1949, em razão da posição estratégica da Ilha dos Açores.

A partir de 1950, Nehru aumentou progressivamente a pressão sobre Portugal, denunciando interna e externamente, particularmente na ONU, o regime colonial a que estava submetida Goa. Em 1953, decretou o bloqueio econômico a Goa dificultando a circulação de pessoas e estabeleceu restrições alfandegárias. Foi nessa fase também que Salazar intensificou sua campanha de manipulação de informação sobre Goa. Com efeito, o governo português patrocinou matérias jornalísticas e artigos exaltando a presença portuguesa na Índia, numa tentativa de justificar o colonialismo e salvaguardar seu domínio sobre Goa. Nessa década não foram permitidas opiniões dissonantes. O objetivo era unir a opinião pública em defesa do regime (Stocker, 2011).

No final de 1955, através de acordo firmado entre as duas potências – Estados Unidos e URSS –, ambas levantaram seus vetos à entrada de novos países na ONU, entre estes, Portugal. Nesse período, a Índia também ganhou novos aliados na Assembleia Geral da ONU junto às nações egressas do colonialismo. Daí formou-se um grande bloco afro-asiático contra o colonialismo com protagonismo da Índia e apoiado pela URSS.

Tanto a Índia como Portugal tinham expectativas quanto a Goa nas Nações Unidas. No que toca a Portugal,

Salazar passou anos preparando uma defesa jurídica a ser apresentada no Tribunal Internacional de Haia. Com efeito, nesta ação Portugal demandou que o tribunal afirmasse o seu direito sobre os enclaves de Dadrá e Nagar Aveli ocupados pelos indianos.

Já a União Indiana pretendia angariar aliados e apoio das nações emergentes. Efetivamente, a União Indiana foi uma das grandes lideranças da Conferência de Bandung realizada em abril 1955 e disputava a liderança do Movimento dos Não Alinhados. Bandung situou-se historicamente num contexto de mudanças de um mundo colonial para a sua liberação. França e Inglaterra se preparavam para a descolonização de seus territórios na África e Ásia. Vários países da Ásia conquistaram sua independência no final dos anos de 1940, como China, Paquistão, Índia e Vietnã do Norte. A partir desse encontro, o Terceiro Mundo se alinhava politicamente em torno da defesa do anticolonialismo e contra as novas tendências hegemônicas dos blocos capitalista e socialista. Daí saíram vários documentos condenando o colonialismo e promovendo uma agenda a favor da autodeterminação e independência dos povos e cooperação econômica entre os países do Terceiro Mundo.

No ano de 1960, 18 novos Estados, todos africanos e quase todos ex-colônias francesas, se tornaram independentes, dos quais 17 se tornaram, de imediato, membros das Nações Unidas. Com isso, o bloco afro-asiático passava a ter uma maioria sólida na Assembleia Geral enfraquecendo a posição portuguesa.

Mesmo antes desse fato, na década de 1950, as Nações Unidas tornaram-se o maior desafio para a política externa defendida pelo governo de Lisboa. Em 1959, a ONU aprovou a Resolução 1467 e, em 1960, aprovou a *Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais*, conhecida como a *Declaração Anticolonialista*. Nesta declaração, proclamou-se a necessidade incondicional e imediata da eliminação do colonialismo, o direito de todos os povos colonizados à autodeterminação, a liberdade de escolherem o seu caminho para o desenvolvimento econômico, social e cultural e a condenação dos países que reprimissem movimentos independentistas. Em 15 de dezembro, aprovou a Resolução 1542 relativa aos territórios portugueses, que a Assembleia Geral entendia como não autônomos, enumerando e declarando a obrigação de Portugal prestar sobre eles as informações decorrentes do capítulo XI da Carta das Nações Unidas, e enviá-las ao Secretário-Geral (Sousa Lopes, 2017, p. 287).

A aliança com o Brasil foi um importante passo na defesa da política colonialista portuguesa, sendo reforçada com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 16 de novembro de 1953, assinado pelo governo de Getúlio

Vargas (1951-1954) e implementado até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). De acordo com Sousa Lopes, inicialmente serviu para formalizar o apoio brasileiro às pretensões de Portugal em manter Goa, Damão e Diu sob a sua soberania e, ao longo dos tempos, serviu para contar com o apoio brasileiro na defesa da ideia do Estado Uno e Ultramar nas Nações Unidas. Contudo, com a conjuntura internacional desfavorável e no plano doméstico, a presidência de Jânio Quadros (31 de janeiro a 25 de agosto de 1961), a aliança com o Brasil começou a ruir (Sousa Lopes, 2017, p. 294).

Em um contexto geopolítico desfavorável com o não reconhecimento do *status* de territórios autônomos relativos às colônias portuguesas na ONU, sem o apoio inglês, com a eleição de Kennedy nos Estados Unidos e o início das lutas independentistas nas colônias africanas, em 1961 Portugal caminhou para o isolamento internacional (Sousa Lopes, 2017).

A invasão

Vários eventos concorreram para o advento da invasão de Goa pelo exército de Nehru em 1961. A impossibilidade de uma solução pacífica sobre a questão de Goa e do colonialismo no quadro das Nações Unidas; o recurso do uso da força para libertação de Goa defendido pelos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas e pela esquerda indiana; a liderança indiana frente aos não alinhados; e a vitória nas eleições do Partido do Congresso na Índia foram motivos determinantes para a decisão de Nehru, que antes já tinha manifestado que a “política da Índia em relação a Goa não seria condicionada a uma postura teórica de não violência, mas sim por considerações práticas” (Stocker, 2011, Cap. VI, p. 33).

Contudo, para a Índia de Gandhi e Nehru, egressa de um histórico de pacifismo como estratégia de liberação do jugo inglês e posteriormente francês, não foi uma decisão fácil. Expulsar os portugueses de Goa com o uso de força militar poderia ser uma demonstração de falência da política externa e renegação do princípio pacifista indiano. Entretanto, mais do que manter uma aparência pacifista, o que estava em jogo para Nehru era a posição do país na cena política interna e externa.

Nehru não precisava do apoio dos EUA ou da Inglaterra para a invasão, somente da sua não intervenção. Mas contou com o apoio dos nacionalistas africanos e o apoio político da URSS, que, no dia da invasão, tinha seu presidente presente na Índia. Quanto à Inglaterra, este país, em certa medida, contribuiu para o desfecho da situação de Goa uma vez que em 1954 declarou para Portugal que não tomaria nenhuma atitude contra a União

Indiana, mesmo se invocado o Tratado do Atlântico Norte ou a Aliança Luso-Britânica.

Tendo esgotado os meios internacionais para apoio à sua causa, falhado na sua propaganda interna e externa contra a Índia e sem poderio militar que pudesse fazer frente a uma investida militar, a estratégia escolhida por Portugal foi esperar pelo ataque e valorizar ao máximo a vitimização portuguesa com o intuito de conseguir um cessar-fogo internacional e ainda angariar apoios para sua política com relação às colônias africanas.

É nesse contexto que, na madrugada do dia 18 de dezembro de 1961, um exército de 45 mil soldados indianos invadiu Goa e a anexou ao Estado indiano. Lá estavam presentes 3.500 soldados portugueses, que não ofereceram resistência à invasão. De fato, no dia 19 de dezembro – contrariando as ordens de Salazar, que determinou o prolongamento da guerra por pelo menos oito dias para tentar um cessar-fogo internacional e que lutassem até o último homem para posterior vitimização portuguesa –, o general português Vassalo e Silva assinou o pedido de cessar-fogo e conseqüentemente de rendição. A breve guerra teve como baixas 20 soldados portugueses e 21 indianos, não obstante a imprensa portuguesa tivesse noticiado a baixa de milhares de soldados portugueses (Stocker, 2011; Esteves, 1986).

Goa viveu sob o controle militar indiano até 1962, quando foram realizadas as primeiras eleições gerais. Em 1966, o Congresso Indiano recomendou ao governo a realização de uma pesquisa de opinião em Goa para determinar se Goa seria integrada ao estado indiano de Maharashtra ou teria estatuto de autonomia dentro da União Indiana. Em janeiro de 1967, a maioria da população goense votou pela autonomia (Esteves, 1986).

Em 1974, foi assinado em Nova Deli o “Tratado entre a Índia e Portugal Relativo ao Reconhecimento da Soberania da Índia sobre Goa, Damão, Diu, Dadrá e Nagar-Aveli e Assuntos Correlativos” e, em 1987, Goa foi proclamada o 25º Estado da União Indiana.

Considerações finais

É importante fazer algumas considerações a título de conclusão deste trabalho. Inicialmente, advertimos que o texto não tinha a pretensão de esgotar toda a análise sobre os aspectos geopolíticos do processo de descolonização de Goa, mas tão somente ser um ensaio preliminar e, como tal, jogar luzes sobre os aspectos políticos e históricos, em um contexto internacional anticolonialista, do tema objeto de estudo.

A geopolítica mundial no Pós-Guerra, com a emergência da Guerra Fria, determinou uma mudança paradigmática e definitiva no que tange à existência de

colônias europeias em todo o mundo. De igual forma, o surgimento do movimento dos países afro-asiáticos não alinhados nem com o socialismo nem com o capitalismo, mas ainda assim com relações dependentistas – onde a Índia pretendia se consolidar como liderança –, também se apresentou como um fórum importante de repercussão internacional das lutas anticolonialistas.

Nesse contexto, Portugal perdeu a oportunidade histórica de ter negociado a liberação pacífica de suas colônias. Na verdade, Portugal sempre viveu o dilema de ter sido uma potência marítima – mesmo sem estrutura política e militar para consolidar suas conquistas coloniais –, em contraste com sua situação de país que já não tinha tanta relevância política ou econômica para sustentar a continuidade de um colonialismo na contemporaneidade. Em outras palavras, Portugal era colonialista porque era colonizado (Cunhal, 1975 in Ramos, 2007). Esse teria sido o começo do fim dos projetos do governo de Salazar com relação às suas colônias e particularmente a Goa, assim como foi um cenário determinante para a Índia se afirmar como potência emergente, a começar por reivindicar a integração de Goa ao território indiano.

Mas se é verdade que o cenário internacional estava favorável às lutas pela autodeterminação dos povos, não é menos verdade que essa aceitação não resultou em descolonização automática. Antes, as descolonizações portuguesas foram precedidas de lutas sangrentas. Lembremos que os países africanos somente conquistaram suas independências na década de 1970, depois de longos períodos de guerras pela libertação.

O que ganha relevância na luta pela descolonização asiática é justamente o fato de não somente não ter havido um processo organizado de luta ou guerras por uma independência, mas, sobretudo, por ter havido a reivindicação de outra nação pela posse da colônia. Ou seja, Portugal não contava com um processo de integração a outra potência que nascia naquele momento orquestrado tanto pela maioria goense como pelo governo indiano.

Vimos que a União Indiana utilizou de todos os dispositivos diplomáticos e militares necessários para lograr a anexação de Goa ao seu recém-independente território, tendo Nehru desempenhado um papel-chave na liberação de Goa do jugo português, conquanto não se possa menosprezar a importância dos movimentos de liberação no processo de descolonização de Goa. A despeito de não terem tido um líder que vocalizasse os interesses dos goeses pela liberação e que fosse capaz de unir todos os movimentos em torno de uma única bandeira, o fato é que havia uma grande resistência contra a colonização portuguesa e um movimento hegemônico de nacionalismo goense pró-indiano.

Finalmente, e como um indicativo para trabalhos futuros, na pesquisa que ora concluímos há poucos elementos para compreender por que a resistência à colonização portuguesa não foi galvanizada em uma luta pela total independência de Goa e formação de um Estado nacional autônomo goense.

Referências

- BORGES, C.J.; PEREIRA, O.G.; STUBBE, H. 2000. *Goa and Portugal: History and Development*. New Delhi, Ed. Ashok Kumar Mittal, 416 p.
- BRAVO, P. 1998. The Case of Goa: History, Rhetoric and Nationalism. *Past Imperfect*, 7:125-154.
- COSTA, W.M. 1992. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 355 p.
- DESAI, A. A. R. 2003. *Voices in the Liberation Struggle: The Case of Goa 1947-61*. Goa, Doctoral Dissertation, Goa University, 221p.
- ESTEVEZ, S. 1986. *Politics and Political Leadership in Goa*. New Delhi, Sterling Publishers, 228 p.
- FONT, J.N.; RUFI, J.V. 2006. *Geopolítica, identidade e globalização*. São Paulo, Annablume, 284 p.
- HOBBSAWM, E. 1995. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 598 p.
- KAMAT, P. 2000. Peasantry and the Colonial State in Goa 1946-1961. In: C.J. BORGES et al. (ed.), *Goa and Portugal: History and Development*. New Delhi, Ed. Ashok Kumar Mittal, p. 133-158.
- LEITE, P.S. 2011. *O Brasil e a cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos de Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 226 p.
- LOBO, S.M.C.A. 2013. *O desassossego goês: cultura e política em Goa do liberalismo ao Acto Colonial*. Lisboa, Tese de Doutorado, Universidade Nova de Lisboa, 524 p.
- LOPES, M.J.M. 2006. *Tradition and Modernity in Eighteenth-Century Goa (1750-1800)*. New Delhi, Manohar, 455 p.
- NACHINOLKAR, K.S. 2004. The Old Road to History. Reconstructing the Capital. In: H. PANDIT, *In and Around Old Goa*. Mumbai, Marg Publications, p. 11-15.
- PAGE, M. 2011. *Portugal e a revolução global: como um dos menores países do mundo mudou a nossa história*. [S. l.], Editora Nova Fronteira, 359 p.
- PANDIT, H. 2004. *In and Around Old Goa*. Mumbai, Marg Publications, 130 p.
- RAMOS, R. 2007. O Império que nunca existiu: a cultura da descolonização em Portugal: C.1960- C.1980. *Revista História das Ideias*, 28:429-478.
- RISBUD, S.S. 2002. *Goa's Struggle for Freedom, 1946-1961: The Contribution of National Congress (GOA) and Azad Gomantak Dal*. Goa, Doctoral Dissertation, Goa University, 501 p.
- RODRIGUES, L.N. 2002. Os Estados Unidos e a questão de Goa em 1961. *Revista Ler História*, 42:61-90.
- SANTOS, M.C.R. 2017. *A cooperação Sul-Sul (CSS) para a reorientação dos imaginários e práticas do desenvolvimento: os caminhos da cooperação entre Guiné Bissau e Brasil*. Brasília, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 302 p.
- SHARMA, Y.; FERREIRA, J.L. 2008. *Portuguese Presence in India during the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. New Delhi, Viva Books, 183 p.

- SHENVY, B. S. 2014. The Role of Women in Goa's Struggle for Freedom. *International Journal of Academic Research*, 1(3-1):16-22.
- SOUSA LOPES, F.A.C. 2017. *As vozes da oposição ao Estado Novo e a questão de Goa (1950-1961)*. Porto, Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 411 p.
- STOCKER, M.M. 2011. *Xeque-Mate a Goa*. Portugal, Textos Editores Lda., 440 p.
- TAVARES, C.C.S. 2002. *A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa (1540-1682)*. Rio de Janeiro, Tese de Doutoramento, Universidade Federal Fluminense, 319 p.

Submetido em: 09/04/2018

Aceito em: 29/01/2019